Entre os nexos dos circuitos da economia urbana e novas possibilidades financeiras: o uso da moeda digital Mumbuca E-dinheiro em Maricá (RJ)

DOI: 10.54446/bcg.v12i1.2843

Carolina Gabriel de Paula Pupo[1]

Resumo

Os bancos comunitários são formas de finanças solidárias que se organizam nos lugares oferecendo serviços financeiros e não-financeiros a partir de demandas dos lugares. Essas organizações locais têm mais de duas décadas de existência e, nos últimos anos, ganharam capilaridade, estando presentes em quase todas as unidades federativas do Brasil. Com a normatização do território, que regularizou o uso de moeda eletrônica no Brasil, a Rede Brasileira de Bancos Comunitários (RBBC) passou a fazer uso de uma plataforma digital – Plataforma E-dinheiro – disponibilizada aos bancos comunitários como mais um instrumento monetário, além da moeda local de papel. A RBBC firma sua primeira parceria com a prefeitura de Maricá (RJ) com o objetivo de implementar a Plataforma E-dinheiro para pagamento de benefício social e fomentar o primeiro banco comunitário municipal do Brasil, o Banco Mumbuca. Analisaremos, a partir da teoria dos circuitos da economia urbana, o uso da Plataforma E-dinheiro pelos estabelecimentos comerciais de Maricá com maior número e volume de compras em Mumbucas E-dinheiro, com o objetivo de compreender os nexos entre os circuitos urbanos com a digitalização da moeda local.

PALAVRAS-CHAVE: moeda digital mumbuca, circuitos da economia urbana, banco comunitário municipal, finanças, nexos dos circuitos.

1 Geógrafa, Mestra e Doutora em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo. E-mail: carolina.ppupo@gmail.com. ORCID: https://orcid.org/0000-0002-1865-362X.

Introdução

A divisão internacional do trabalho se torna mais rígida e hierárquica entre as nações a partir da década de 1970, ao mesmo tempo, na escala nacional, estamos diante do aumento da desigualdade nos lugares. Este contexto da difusão do meio técnico-científico-informacional[2] (SANTOS, [1996] 2008) torna as finanças uma variável dominante (SILVEIRA, 2004; MONTENEGRO, 2011), pois apresenta um papel de centralidade na vida social da população.

O período atual trouxe consigo também, pela primeira vez, a difusão de duas novas variáveis, elaboradas sobretudo nos países do centro do sistema capitalista, e que seriam capazes de se generalizar com muita força nos países periféricos: a *informação* e o *consumo*. O efeito direto dessa modernização caracterizar-se-ia pela criação daquilo que Milton Santos denominou de "circuito superior da economia urbana", onde os agentes que o compõem buscam acumular capital e expandir suas atividades, ricas em capital, tecnologia e organização (firmas "burocráticas", neste sentido). Concomitantemente a esta modernização quase "irresistível", surge o circuito inferior da economia urbana, que por sua vez, é o resultado indireto dessas modernizações; este circuito abriga todas as firmas e atividades econômicas de menor complexidade e tamanho; essas atividades se dirigem principalmente a indivíduos que se beneficiam parcialmente – ou estão excluídos – dos "progressos" das modernizações, e em seu cotidiano estão fundamentalmente preocupados com a sua sobrevivência e de sua família.

O circuito inferior, sinônimo de pobreza, adensa-se principalmente nos grandes centros urbanos (SILVEIRA, 2009) encontrando mais possibilidades para expandir suas formas de trabalho (MONTENEGRO, 2011; 2013), ocupando ruas, becos, praças e porões, garagens de casas, fundo de quintais, vans, motocicletas e bicicletas (ARROYO, 2008).

Para além dessas duas formas "puras" de circuitos, Santos ([1975] 2008, p. 31-38) também aponta a existência de uma porção marginal do circuito superior, que apresenta formas menos modernas do ponto de vista tecnológico e organizacional. Estes circuitos econômicos urbanos nos permitem compreender as cidades dos países subdesenvolvidos como uma máquina viva, iluminando seu dinamismo

2 Milton Santos indica em seu livro *O Espaço Dividido* (1975) que estamos diante de um novo período histórico. Em sua obra *A Natureza do Espaço* (1996), este raciocínio é mais sistematicamente elaborado. Nestas obras, o autor desenvolve uma periodização da história baseado na evolução desigual do meio geográfico, que seria balizada por três diferentes qualidades: o meio natural, o meio técnico e o meio técnico-científico-informacional. Deste último, Santos propõe que, no atual período histórico, "os objetos técnicos tendem a ser, ao mesmo tempo, técnicos e informacionais, já que, graças à extrema intencionalidade de sua produção e de sua localização, eles já surgem como informação; e, na verdade, a energia principal de seu funcionamento é também a informação. Já hoje, quando nos referimos às manifestações geográficas decorrentes de novos progressos, não é mais de meio técnico que se trata. Estamos diante da produção de algo novo, a que chamamos de *meio técnico científico informacional*" (SANTOS, [1996] 2008, p. 238).

interno, assim como as relações externas das cidades na rede urbana da qual fazem parte.

Como a difusão da modernização pelo globo é desigual e seletiva, observa-se, portanto, uma divisão territorial do trabalho que empodera alguns lugares e regiões em detrimento de outros. Esta difusão desigual é a base de dois processos centrais do atual período histórico: a centralização de capitais por parte de um pequeno número de corporações privadas e o empobrecimento generalizado das populações (sobretudo nos países periféricos).

Se com o adensamento do meio técnico-científico-informacional os espaços da racionalidade (SANTOS, [1994] 2008) pareçam, em certa medida, impenetráveis, ao ampliarmos a escala de análise, os detalhamentos dos lugares permitem-nos revelar novas formas de finanças, com lógicas não instrumentais e que são mais afeitas às realidades e necessidades concretas dos lugares, e que fabricam suas próprias normas monetárias que são os bancos comunitários.

Dividimos o artigo em duas partes, com o objeto de organizá-lo cronologicamente. Descreveremos a *primeira fase de implementação* da moeda digital (FARIA, 2018, p. 23), que se caracteriza pelo uso Cartão Mumbuca gerenciado pela empresa Valeshop. Um ponto específico que vale a atenção é que o circuito da moeda ocorria neste momento somente em pequenos estabelecimentos comerciais – o circuito inferior. Esta particularidade é reflexo da metodologia do Banco Palmas para implementação de bancos comunitários. A análise buscará mostrar os nexos existentes entre os circuitos da economia urbana desta *primeira fase*.

Posteriormente, apresentaremos um levantamento de dados realizado a partir de aplicação de questionário em parceria com Laboratório Sociedade e Informática (LABIS) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). O objetivo foi de captar o movimento de *transição* do Cartão Mumbuca para a Plataforma E-dinheiro, a *segunda fase de implementação*, momento este que se caracterizou pelo gerenciamento da moeda digital pelo Instituto E-dinheiro através de parceria com a Prefeitura de Maricá (RJ) e houve a abertura para qualquer estabelecimento comercial adentrar o circuito da moeda. Nesse sentido, buscaremos apontar – por meio dos dois circuitos da economia urbana – se houve drenagem do e-dinheiro para o circuito superior.

Bancos comunitários e Bancos comunitários municipais

Os bancos comunitários surgem no Brasil na década de 1990, com o Banco Palmas na periferia de Fortaleza (CE). Atualmente, a Rede Brasileira de Bancos Comunitários (RBBC), entidade que imprime certa organização aos bancos existentes

no Brasil, possui em sua rede 149 iniciativas de bancos comunitários[3] em 25 unidades federativas, nas cinco regiões brasileiras, conforme a classificação do IBGE.

João Joaquim de Melo Neto Segundo (2009, p. 2) fundador do Banco Palmas, primeiro banco comunitário do país, aponta que a própria comunidade deve decidir criar o banco e ser sua gestora. Esses bancos devem apoiar, sobretudo, empreendimentos locais como pequenos negócios e atuar com duas linhas de crédito, uma em Reais (R$) e outra em moeda local/social. Essas linhas devem estimular a criação de uma rede local de produção e consumo para que haja o desenvolvimento endógeno do lugar. Uma forma financeira que possibilita desenvolvimento nos lugares através da economia solidária é o empréstimo de moeda local sem juros, que atua em um determinado limite territorial (CROCCO; MENEZES, 2009), objetivando a troca da moeda por bens e serviços, caracterizando-a por ser uma *moeda produtiva* (KEYNES, [1936] 1964). E, por fim, esses bancos comunitários devem fundar sua própria sustentabilidade financeira a curto prazo.

Este "modelo" de banco comunitário, desenvolvido primeiramente no Conjunto Palmeiras, onde está o Banco Palmas, e, posteriormente, em outras áreas periféricas do Brasil, foi a metodologia utilizada pela Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), a partir de 2003, pelo governo do Partido dos Trabalhadores (PT), para formular políticas públicas de combate à extrema pobreza, por meio do fomento a bancos comunitários no Brasil. Neste contexto, a SENAES foi a responsável pela criação de 75% dos atuais bancos comunitários, que são formas concretas de finanças solidárias no Brasil. Com o fim da SENAES em 2015 — e do próprio Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) que a abrigava, em 2018 — e a instabilidade política do país, marcada pelo impeachment da presidenta Dilma Rousseff, a RBBC passa a vivenciar um momento de dificuldade para a manutenção das atividades dos bancos comunitários que, em sua maior parte, não haviam alcançado sua autossustentabilidade financeira neste prazo.

Nesse contexto, uma nova norma — a Lei 12.865/2013 — se instala no território, e possibilita que instituições de pagamento integrem o Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB) e, principalmente, regulariza o uso de moedas eletrônicas. Dessa forma, a RBBC vê a possibilidade de autossustentabilidade dos bancos comunitários através desta norma, com o uso de uma plataforma digital, que

3 Dentro desta totalidade de 149 organizações, identificamos três bancos comunitários inativos: o Vista Linda em São Paulo (SP), o Beira Rio em João Pessoa (PB) e o Sacurana de Duque de Caxias (RJ). Entendemos enquanto inativos aqueles bancos comunitários que estão sem nenhuma atividade há mais de cinco anos. Há dois bancos comunitários em São Paulo (SP) em processo de implementação que também desconsideraremos do número total, pois não é possível prever o andamento deste processo. Também inserirmos um banco comunitário municipal, o Banco Mumbuca. Os demais bancos municipais foram retirados do número total por serem – por ora – políticas públicas municipais e fenômenos recentes, pois datam de 2021 em diante. Ainda que alguns casos tenham moeda digital em circulação, o banco comunitário está em fase de implementação. Cabe sublinhar que consideramos bancos comunitários organizações locais baseadas na economia solidária e que estão dentro da Rede Brasileira de Bancos Comunitários.

teria dentre outras ferramentas, uma moeda eletrônica. A Plataforma E-dinheiro estava sendo testada pelo Banco Palmas desde 2015. Ao mesmo tempo, a RBBC firmou sua primeira parceria municipal para o fomento do primeiro banco comunitário municipal do Brasil, o Banco Mumbuca, no município de Maricá localizado na região metropolitana do Rio de Janeiro.

Os bancos comunitários municipais (ou somente bancos municipais) são aqueles que são formulados através de leis municipais, com a finalidade de gerenciar um projeto ou um programa municipal que utilize a Plataforma E-dinheiro para circular um fundo municipal (E-DINHEIRO BRASIL, 2022). Há no Brasil onze municípios com leis municipais (ou projeto de leis) aprovadas, com parceria da RBBC, onde se institui a circulação de uma moeda digital municipal mediante a utilização da Plataforma E-dinheiro e fomento de um banco comunitário municipal[4], conforme apresenta o Quadro 1:

Quadro 1. Moedas e leis municipais conectadas ao E-dinheiro Brasil, 2022.

Município	Moeda E-dinheiro Municipal	Lei	Situação	Comércios cadastrados	Contas ativas
Maricá (RJ)	Mumbuca	Lei nº 2.448/2013	Em circulação	12.608	67.562
Niterói (RJ)	Araribóia	Lei nº 3.621/2021	Em circulação	5.735	42.167
Itaboraí (RJ)	Pedra Bonita	Lei nº 2.867/2021	Em circulação	192	4.349
Cabo Frio (RJ)	Itajuru	Lei nº 3.286/2021	Em circulação	72	1.076
Porciúncula (RJ)	Elefantina	Lei nº 2.378/2021	Em circulação	14	84
Saquarema (RJ)	Saqua	Lei nº 2.189/2022	Em circulação	671	12.698
Iguaba Grande (RJ)	Caboclinho	Lei nº 1.403/2022	Em circulação	167	1.663
Indiaroba (SE)	Aratu	Lei nº 645/2022	Em circulação	183	1.260
Jacundá (PA)	Jacundá	Projeto de Lei	Em implementação	-	-
Itanhandu (MG)	Tonites	Lei nº 1.494/2022	Em implementação	-	-
Santo Antônio da Alegria (SP)	Alegria	Lei nº 1.965/2022	Em implementação	-	-

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Instituto E-dinheiro Brasil e levantamento documental.

A Plataforma E-dinheiro é um meio de pagamento digital que, além da ferramenta de recebimento de pagamentos utilizada pelas prefeituras para transferência de renda, oferece serviços de depósito, transferência entre usuários, pagamento de boletos, recarga de celular e meio de pagamento digital.

4 Das leis municipais analisadas, apenas Cabo Frio (RJ) não prevê o fomento de um banco comunitário municipal, mas institui parceria com a Rede Brasileira de Bancos Comunitários para uso da Plataforma E-dinheiro.

As formas materiais para utilização do e-dinheiro ocorrem de três maneiras possíveis:

a) Através de cartões magnéticos com o sistema "*Near Field Communication*" (Comunicação de Campo Próximo) onde há um custo de R$10,00 por cartão;

b) Por *smartphone*, em que o usuário tem a possibilidade de ter um extrato em tempo real de suas operações e transferência de valores (pelo próprio celular, ou para um cartão do tipo NFC);

c) Por meio de um celular através de mensagens via SMS (*Short Message Service*), onde não é necessário que o aparelho seja um *smartphone*.

Figura 1. Cartão e-dinheiro



Fonte: Carolina G. de Paula Pupo, 11/7/2018. Para o cliente adquiri-lo é necessário pagar o valor de R$10,00. Nota-se no canto inferior direito o sistema "Near Field Communication".

Em qualquer uma das três formas de seu uso, a pessoa física – usuário – não precisa ter acesso a internet para que a transação seja realizada, todavia, obrigatoriamente, o estabelecimento comercial deverá ter um aparelho eletrônico com internet para que a operação seja realizada. Em contrapartida, os comerciantes que optam por oferecer esta forma de pagamento aos seus clientes não precisam ter uma "maquininha" de cartão, os terminais POS. Isso aponta a diminuição de dependência de agentes do circuito inferior em relação às grandes operadoras de cartões do circuito superior.

As taxas transacionadas dentro da Plataforma E-dinheiro variam conforme a operação realizada. No caso de utilização da Plataforma como um meio digital de pagamento (moeda digital e-dinheiro) o comerciante paga 2% por transação, no qual 1% irá para o banco comunitário cadastrado e a outra parte para a Rede Brasileira de Bancos Comunitários. Se o usuário físico da Plataforma quiser transferir dinheiro para outro usuário também cadastrado em seus contatos (através do número de celular), não há cobrança de taxa. Mas se o usuário quiser resgatar o dinheiro que está na conta, ele deverá pagar uma taxa de 1%. Caso pessoas físicas ou jurídicas queiram realizar pagamentos de boletos, a taxa cobrada depende do valor transacionado[5]. É possível

5 Segundo foi possível identificarmos no sítio da Plataforma E-dinheiro, as taxas cobradas sobre o serviço de pagamento de boletos variam da seguinte maneira: R$1,00 para boletos de até R$200,00; R$2,50 para boletos entre R$200,00 e R$4.000,00; R$3,50 para boletos

também que uma pessoa jurídica possa emitir nota fiscal no valor de R$1,00 e boletos por R$3,00. Estas pequenas taxas transacionadas permitem o fomento de fundo próprio do banco comunitário que poderá ser utilizado para outras políticas monetárias.

O uso da Plataforma E-dinheiro por prefeituras é um acontecimento recente. Ao mesmo tempo, nota-se que mais da metade das moedas digitais municipais estão no estado do Rio de Janeiro. Entendemos que isso ocorre porque a primeira moeda digital – a Mumbuca – surge em Maricá, município da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, onde haverá a implementação da Plataforma E-dinheiro na *segunda fase* da moeda digital, como descreveremos mais adiante. Esta parceria iniciaria um novo capítulo da Rede Brasileira pois, dentro da metodologia dos bancos comunitários, um banco deve ser gestado pela própria comunidade e, neste caso, ele é fruto de uma lei municipal. Para este artigo, nos debruçaremos no entendimento do caso de Maricá por ser aquele com maior tempo de uso da plataforma digital, maior número de comércios cadastrados (12.608) e de contas ativas (67.562) (Quadro 1).

A primeira moeda municipal do Brasil e os nexos entre os circuitos da economia urbana

Maricá, município litorâneo localizado na Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ), se divide em distritos municipais, quais sejam: Distrito Sede, Distrito de Ponta Negra, Distrito de Inoã e Distrito de Itaipuaçu. O Banco Comunitário Municipal Mumbuca, foi indicado para fomento a partir da Lei Municipal n° 2.448 de 2013, sendo primeiro banco municipal do Brasil, como já explicitado. O banco está localizado no Distrito Sede, no bairro Centro.

A *primeira fase de implementação* de uma moeda digital no município de Maricá esteve agregada à política de transferência de renda no município em que regulamentou o Bolsa-Mumbuca, no valor de R$84,00 (MUNICÍPIO DE MARICÁ, 2013) e que atendia quatorze mil famílias de baixa renda, sendo ela paga através de um cartão magnético gerenciado pela empresa Valeshop (FARIA, 2018, p. 23). A transferência direta de renda para famílias — que recebiam até um salário-mínimo — teve recursos dos *royalties* do Pré-Sal. Em 2015, por meio do Programa Renda Básica da Cidadania (Lei n° 2.641/2015), famílias com até três salários-mínimos passaram a ser incluídas no programa da prefeitura.

Estabeleceu-se então um convênio entre a Prefeitura de Maricá e a Rede Brasileira de Bancos Comunitários (RBBC) para que este desse o aporte estrutural para o funcionamento do Banco Mumbuca através do Programa Municipal de Economia Popular e Solidária (Lei n° 2.652/2015). Banco este que efetivamente seria inaugurado somente em 2017 e que se tornaria o responsável pela operacionalização

de R$4.000,00 a R$7.000,00; R$10,00 para boletos de R$9.000,00 a R$15.000,00 e por fim R$20,00 para boletos com valores acima de R$15.000,00. Mais informaçõesem: edinheiro.org. acessado em: 19/5/2022.

da moeda municipal Mumbuca. Nas palavras da Sra. Natalia, diretora presidenta no período de 2017 a 2021 do Banco Mumbuca:

> nesse início foi muito difícil, a população desconfiava muito porque vinha da prefeitura, principalmente os comércios (...) no início teve muita resistência [...] em 2017 [...] a gente se organizou com o apoio do Banco Palmas e aí a gente fundou a Associação Banco Comunitário Popular de Maricá que é o Banco Mumbuca. Nós fizemos nosso CNPJ tudo direitinho, assembleias [...] [o surgimento do banco] também foi marcado pelo processo de transição do nosso novo meio de pagamento (informação verbal)[6].

Diferente dos bancos comunitários anteriores, em que a história se inicia com a consolidação de um banco para posteriormente se instituir a circulação de uma moeda paralela, no banco municipal de Maricá houve o uso de um cartão magnético administrado pela ValeShop, e, durante esse processo, a construção e solidificação de um banco comunitário, dentro dos preceitos da economia solidária.

Cabe esclarecer que RBBC não realizou o gerenciamento da moeda municipal na primeira fase de implementação porque o secretário Direitos Humanos de Maricá naquele momento, ao visitar o Banco Palmas no Ceará, deparou-se com um assalto ao banco, o que lhe convenceu da necessidade de encontrar uma solução mais "segura". Por isso, ele sugeriu ao então prefeito Washington Siqueira (conhecido como Quaquá), o uso de um cartão magnético inspirado no Programa Bolsa Família, ao invés do uso de uma moeda de papel, como era feito no Palmas. O beneficiário, ao invés de sacar o dinheiro em agências bancárias, formato do programa social, faria uso desta "moeda" como um cartão de débito nos estabelecimentos cadastrados no futuro Banco Mumbuca. Deste modo, a moeda eletrônica usada na escala do município, traria a promessa de maior segurança e controle (SOUZA, 2018; FARIA, 2018).

A Prefeitura optou por realizar parceria com a ValeShop, que seria responsável pelo credenciamento dos estabelecimentos comerciais (adquirência), pela instalação e manutenção das "máquinas POS" e pela gestão da plataforma digital, com geração de informações, relatórios e documentos para os envolvidos no projeto (CERNEV, 2019, p. 2). A empresa Valeshop é especializada em gestão de benefícios e meio de pagamentos para transferência de renda e administrou a moeda Mumbuca, aceita nos terminais de cartões (*points of sale* – POS) da mesma empresa. Em troca, ela recebia uma taxa de 3% por transação realizada nos comércios locais. Joaquim Melo, responsável pela implementação do Banco Mumbuca, tentou negociar com a empresa para que 1% das transações ficassem para o Banco Mumbuca, todavia a

6 Transcrição da fala da gestora do Banco Mumbuca, Natalia Sciammarella, feita no curso de Cultura e Extensão "Bancos Comunitários e Moedas Locais: usos alternativos das finanças no Brasil (on-line)" realizado em abril de 2021 sob Coordenação do Prof. Dr Fábio Betioli Contel e ministrado por Anderson Oriente, Carolina de Paula Pupo, Henrique Pavan Souza e Luiz Arthur Faria.

proposta não foi aceita pela Valeshop (FARIA, 2018, p. 337). Neste desenho, os comerciantes deveriam acumular as vendas do mês para poder realizar a troca de mumbucas por reais, levando aproximadamente de trinta a quarenta dias para o recebimento, o que se tornava um processo moroso para recebimento de dinheiro líquido por comerciantes do circuito inferior[7].

Nesta primeira fase de implementação houve a predileção por pequenos comércios, conforme relatou Ricardo Araújo, gerente do Banco Mumbuca em 2015[8]. Nem todos os estabelecimentos possuíam *points of sale* (POS), deste modo, ocorria circulação da "maquininha" entre os comércios (FARIA, 2018, p. 114). Essa estratégia dos agentes do circuito inferior, permitia diminuir os custos operacionais para o recebimento de Mumbucas.

Ao final de 2017, inicia-se o processo de transição da ValeShop para a Plataforma E-dinheiro e, ao mesmo tempo, inaugurava-se o banco comunitário no município de Maricá. O benefício pago pela prefeitura via Plataforma E-dinheiro tinha uma taxa menor – de 2% – que era cobrada dos estabelecimentos cadastrados. O recurso, neste momento, passou a ser destinado para o Banco Mumbuca (1%) e para a Rede Brasileira de Bancos Comunitários (1%). Portanto, as taxas transacionadas deixam de serem pagas para a Valeshop e passam a retornar para o banco comunitário que estava surgindo, viabilizando sua autossustentabilidade financeira, como aprofundaremos mais adiante (item 3).

O Banco Mumbuca passou a atender um pedido da população: incluir estabelecimentos comerciais de grande porte na lista das firmas que aceitassem o "cartão Mumbuca". A justificativa dos usuários e receptores da bolsa-auxílio era que os preços desses grandes estabelecimentos eram mais atrativos. Durante este "período de transição", caracterizado pelo uso da Plataforma E-dinheiro e entrada de novos comércios, o economista Henrique Pavan Souza (2018) identificou, entre os meses de janeiro e maio de 2018, que os comércios receptores de Mumbuca eram compostos por 55% de empresas inseridas no Programa Renda Básica que possuíam faturamento de até R$360 mil, enquadrando-se na categoria de microempresas; 25% situam-se na categoria de Microempreendedor Individual (MEI); e 20% inserem-se na categoria de empresas de pequeno porte, cujo faturamento encontrava-se entre R$360 mil e R$3,6 milhões. Outro dado interessante é que 75% das empresas empregavam menos de 9 trabalhadores, enquanto apenas 25% escolheram a alternativa "entre 10 e 49 trabalhadores" (SOUZA, 2018, p. 157). Os dados apresentados nos dão uma noção de que parte considerável desses comércios — ainda no período de transição — pertenciam ao circuito inferior da economia urbana.

7 Informação obtida através da apresentação da gestora do Banco Mumbuca, Natalia Sciammarella, feita no curso de Cultura e Extensão "Bancos Comunitários e Moedas Locais: usos alternativos das finanças no Brasil (on-line)" realizado em abril de 2021 sob Coordenação do Prof. Dr. Fábio Betioli Contel e ministrado por Anderson Oriente, Carolina de Paula Pupo, Henrique Pavan Souza e Luiz Arthur Faria.

8 Ricardo Araújo foi entrevistado por Luiz Arthur de Faria em 2015 e estas informações estão disponíveis em sua tese de doutorado (FARIA, 2018).

Neste momento de transição, o economista revela que 23,8% dos comerciantes relataram contratar novos trabalhadores com o recebimento da moeda Mumbuca (*op.cit.*, p. 165), apontando, portanto, a capacidade de desenvolvimento endógeno através da circulação do benefício social entre os pequenos comércios.

Posto isso, durante a primeira fase de implementação da moeda digital municipal é possível captar um *nexo* entre os circuitos da economia urbana através do cartão magnético "Mumbuca ValeShop", com vazamento do dinheiro dos comércios do circuito inferior para a empresa Valeshop.

Outro ponto que merece destaque foi a adaptabilidade dos comerciantes do circuito inferior ao circularem entre si a "maquininha" da empresa Valeshop para pagamentos em Mumbucas, possibilitando uma diminuição dos custos operacionais nas transações realizadas.

Drenagem de Mumbucas para o circuito superior e sua porção marginal

Os dados que apresentaremos neste artigo datam de 2019, momento importante para verificar esse movimento da entrada de novos estabelecimentos comerciais na rede Mumbuca. Havia, nesse momento, aproximadamente mil estabelecimentos cadastrados na Plataforma E-dinheiro no município. Para selecionar os estabelecimentos em que faríamos a aplicação do questionário, fizemos uma parceria com pesquisadores do Laboratório Sociedade e Informática (LABIS), da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), que no momento, possuíam acesso à interface administrativa da Plataforma E-dinheiro. Identificamos os comércios que canalizavam o maior número de *compras* e de *volumes* em E-dinheiro, com o objetivo de constatarmos se haveria (ou não) concentração do dinheiro nas firmas que compõem o circuito superior da economia urbana e sua porção marginal. Isso nos pareceu importante pois um dos pilares – e das vantagens – de um banco comunitário é sua capacidade de promoção do desenvolvimento local, a partir da predileção pelos "pequenos comércios" para circulação da moeda local.

Outro fator fundamental de observação durante a pesquisa foi qualificar se a natureza técnica da moeda (ser digital) interferiria no desenvolvimento local, já que é "desterritorializada", diferente das moedas locais – em cédulas – que possuem uma área restrita de uso e circulam somente em comércios locais, próximos de onde o banco comunitário está instalado.

A aplicação do questionário foi realizada com a seguinte distribuição: dez deles em estabelecimentos com o maior número de compras e oito deles em estabelecimentos que realizaram o maior volume de compras (em recursos mobilizados)[9].

9 Dois estabelecimentos do circuito inferior que aparecem no número de compras não fazem parte daqueles com maiores volumes de compras.

Para empreendermos uma aproximação dos estabelecimentos comerciais cadastrados no Banco Mumbuca através dos circuitos da economia urbana, traçamos os seguintes elementos: 1) os dados do ambiente construído em que esses estabelecimentos comerciais se encontram; 2) a abrangência do mercado consumidor e fornecedor; 3) os instrumentos de trabalhos adotados (sistemas técnicos) 4) o uso da variável informação pelos estabelecimentos; 5) as relações desses comércios com o sistema financeiro tradicional; 6) a financeirização das atividades e do consumo, destacando o uso do E-dinheiro por esses estabelecimentos.

Em relação ao ambiente construído dos estabelecimentos do circuito superior — incluindo aí o circuito superior marginal —, 50% deles são reformados e/ou novos, e 33,3% apontam a necessidade de realizar melhorias. A maior parte das atividades ocorrem em locais alugados (83,3%) com valores mensais de aluguel de até R$25.000,00[10]. Já nos estabelecimentos que compõem o circuito inferior, metade realizava as atividades em imóveis alugados onde o valor pago é de cerca de R$6.000,00 mensais. Nas firmas do circuito superior, todas as atividades ocorrem em imóveis com mais de 200 m^2, já naquelas do circuito superior marginal, 66,6% se dão em locais de 50 a 100 m^2. Nos estabelecimentos do circuito inferior da economia urbana, 75% das atividades se realizam em locais menores, de 10 a 50 m^2.

Quando consideramos a abrangência do mercado consumidor dos estabelecimentos entrevistados, todos indicam que o próprio bairro é o local mais importante de atuação. As firmas do circuito inferior apontaram que 75% do seu mercado consumidor provém próprio bairro[11], o circuito superior e sua porção marginal esta estimativa foi de 66% dos estabelecimentos. Identificamos que dentre aqueles que pertencem ao circuito superior e sua porção marginal, metade estão localizados em bairros periféricos do município de Maricá, como é o caso de um grande mercado regional, que possui 114 lojas no estado do Rio de Janeiro[12]. Do mesmo modo, metade das firmas do circuito inferior se localiza na periferia, principalmente no bairro de Inoã.

Uma forma de observarmos o nível de organização e de capital destes estabelecimentos presentes no local é verificar se eles fazem uso de sítios na internet para amplificar seu comércio, disponibilizando informações sobre o negócio e propagandas dos produtos vendidos. Enquanto nas firmas do circuito superior todos possuem um *website* com a apresentação do número de lojas, localização e ofertas

10 Notamos que nas firmas do circuito superior e sua porção marginal ou "não se sabia" as informações, ou não "podia informar", dificultando uma análise mais elaborada. É importante descrever que além dos dados colhidos durante o trabalho de campo, as nossas observações dos lugares, assim como pesquisa documental desses estabelecimentos, nos permitiram chegar na classificação aqui apresentada.

11 Milton Santos já havia anunciava a compra local dos habitantes do bairro, já que o preço dos transportes não lhes permite ter acesso ao comércio moderno, frequentemente situado no centro da cidade e seus arredores (SANTOS, [1975] 2008, p. 214).

12 Durante a aplicação do questionário foi indicado sigilo do nome do comércio e, portanto, não é possível divulgar a rede.

semanais, a porção marginal não necessariamente se utiliza da mesma ferramenta. Como não há homogeneidade das firmas que compõem o circuito superior marginal, um estabelecimento que pertence a uma franquia, por exemplo, faz uso do *website* da rede, enquanto outro na mesma condição, não se vale do mesmo instrumento publicitário.

Outro dado importante para o entendimento dos circuitos no atual período histórico, diz respeito ao uso de redes sociais por parte destas firmas. Detivemo-nos na análise de três delas: Facebook, Instagram e WhatsApp. As plataformas do Facebook e o Instagram são pouco difundidas como ferramentas publicitárias entre os dois circuitos urbanos (apenas 20% das firmas analisadas se valem destes canais). Apenas comércios do circuito inferior e do circuito superior marginal relatam utilizar o Facebook e Instagram como ferramentas para venda de seus produtos.

Já o WhatsApp é utilizado por quase todos os estabelecimentos (90%) entrevistados, há um destaque do uso desta rede para comunicação interna em ambos os circuitos. O circuito superior e sua porção marginal faz uso do WhatsApp para fins publicitários o que não ocorre no circuito inferior[13].

Destaca-se aqui o uso desta rede social pelo circuito inferior para comunicar-se com fornecedores, o que demonstra a falta de canais de comunicação mais estruturados. Esse movimento de apropriação dessas tecnologias da informação para outros usos – no caso, suprir a falta de uma rede própria de comunicação – nos permite qualificá-la como "técnica doce", na acepção de Thierry Gaudin (1978).

Os *smartphones*, objeto técnico representativo do atual período técnico-científico informacional, vem sendo incorporado como um instrumento de trabalho em diferentes atividades do circuito inferior (75% citam o uso), assim como a internet (100% dos agentes a utiliza). O circuito superior e sua porção marginal também fazem uso de *smartphones* (ambos 66%) e internet (ambos 100%). Tanto o objeto técnico quanto o sistema operacional não são estranhos as atividades cotidianas de ambos os circuitos, inferior e superior. Este ponto merece destaque, já que para o uso do aplicativo E-dinheiro é necessário que seu receptor – o comerciante propriamente dito – tenha em mãos o objeto técnico (o smartphone) e acesso à internet, o que contribui positivamente para que as transações em Mumbucas possam ocorrer sem nenhum entrave operacional. No caso do circuito inferior, o uso de objetos técnicos que já fazem parte do seu cotidiano oportuniza as transações serem realizadas através do aplicativo, diminuindo, por consequência, sua dependência técnica dos terminais POS (as "maquininhas").

Entretanto a difusão do uso de cartões de crédito e débito entre as firmas do circuito inferior ratifica a intuição de Joaquim Melo sobre a "cultura do cartão" em

13 O uso do WhatsApp foi identificado da seguinte maneira: I. no circuito inferior para se comunicar com fornecedores (25%), falar com clientes (75%) e comunicação interna com seus funcionários (50%); II. no circuito superior para fins publicitários (66,6%), comunicação interna (100%) e falar com clientes (66,6%); III. na porção marginal para publicidade (33,3%), comunicação interna (66,6%) e falar com clientes (66,6%).

Maricá, que para ele, já estaria difundida no Brasil e corroboraria para uma melhor aceitação dos usuários ao cartão em detrimento do *smartphone*, principalmente entre os mais idosos (FARIA, 2018, p. 37). Esta forma de pagamento – o cartão – traz consigo uma rigidez técnica (SILVEIRA, 2000) descrita por Faria (2018, p. 107) no caso do uso das Mumbucas:

> Fios, antenas e fibras óticas completam o conjunto de artefatos tecnológicos que produzem a comunicação das maquininhas com os computadores da Valeshop. Todos esses objetos físicos, relativamente invisíveis aos olhos dos beneficiários e comerciantes – até que falhem –, dizem respeito a infraestrutura que torna possível a circulação da Mumbuca.

Junto a esse sistema de ordem técnica – uso de um aplicativo via *smartphone* – normas se instituem a nível federal (Lei 12.865/2013) e municipal (Lei Municipal n°2.448/2013), trazendo mudanças significativas. A normatização do território permitiu o uso de moedas eletrônicas como meio de pagamentos e possibilitou o uso do E-dinheiro pelos bancos comunitários. Ao mesmo tempo, uma nova governabilidade da moeda Mumbuca passa a existir, já que passou a ser gerenciada pelo Banco Mumbuca e não mais pela Valeshop (Art.1; inciso III), inaugurando a *segunda fase* de implementação da moeda. O convênio entre a Rede Brasileira de Bancos Comunitários (RBBC) e Prefeitura de Maricá garantiu à Rede o aporte financeiro e estrutural para o seu funcionamento. Este conjunto de ações normativas permitem criar no espaço geográfico novos usos da moeda Mumbuca nos lugares.

A Sra. Natalia Sciammarella, diretora presidenta neste momento de avaliação do Banco Mumbuca, nos relatou que, em sua percepção, o fato da população ter iniciado o uso da moeda eletrônica via cartão (*primeira fase* de implementação) dificultava a aceitação do celular/aplicativo como forma de pagamento. Em suas palavras: "eles viciaram nisso, na cultura da Valeshop" (informação verbal)[14], em referência a empresa responsável pelo cartão magnético do Bolsa Mumbuca entre os anos de 2013 e 2017.

O território se impõe como norma em relação aos novos objetos técnicos — o uso do *smartphone* — para a operacionalização das Mumbucas, apontando a preferência do usuário para o uso do cartão magnético para transacionar E-dinheiro. Norma e técnica são indissociáveis para compreensão do fenômeno.

O fiado, um tipo de crédito informal antiquíssimo — uma manifestação financeira de confiança entre os agentes envolvidos —, não desaparece como forma de pagamento do circuito inferior entre os estabelecimentos que aceitam Mumbucas, onde 25% deles apontam aceitar o fiado. Esta manutenção do uso de créditos não-bancários, informais, pode ser considerada também uma consequência

14 Reunião realizada online no dia 6/5/2018 com a participação de: Natalia Sciammarella (gestora do Banco Mumbuca); Pedro Braga e Luiz Arthur Faria, ambos pesquisadores do LABIS.

da própria quantidade de pessoas de baixa renda que habita os bairros periféricos das cidades brasileiras; como nos lembra María Laura Silveira (2009, p. 67), os pobres não param de aumentar em número em países como o Brasil.

Constatou-se que 100% das firmas do circuito superior da economia urbana de Maricá acessam suas contas bancárias nos bancos tradicionais através do uso de aplicativo em celular e/ou *smartphone*. Esse número decresce ao analisarmos a porção marginal, onde 66% fazem uso de algum tipo de serviço ligado às ferramentas do sistema de informação (aplicativo e/ou internet *banking*). Já as firmas do circuito inferior (um total de 75% de respondentes desta questão) mencionaram que todos fazem uso de ferramentas do novo período, sendo que parte significativa deles tem relacionamento com bancos comerciais, e fazem uso concomitante de agências bancárias (66,6% dos totais entrevistados).

Para analisarmos os nexos financeiros que se dão entre os pequenos comércios (característicos do circuito inferior da economia urbana) e os bancos comerciais (típicos do circuito superior), nosso questionário também se preocupou em produzir informações que explicitassem como se dão estes nexos. Os bancos comerciais privados dominam as transações financeiras dos comércios analisados, sendo que no circuito inferior todos eles acessam o sistema financeiro tradicional. Em contrapartida, nenhum dos entrevistados indicou ter relacionamento com o Banco Mumbuca além de aceitar E-dinheiro como, por exemplo, ter uma conta aberta ou realizar um financiamento. Isto certamente demonstra que o banco comunitário tem um caminho longo a percorrer em relação aos pequenos comerciantes.

Por fim, o perfil dos estabelecimentos analisados que aceitam Mumbucas são majoritariamente do circuito superior e sua porção marginal (60%). No período da análise, verificou-se que 76% do número de compras em E-dinheiro foram realizadas em estabelecimentos do circuito superior e sua porção marginal.

Em dois meses transacionou-se mais da metade do volume de compras realizadas concentraram-se no circuito superior e sua porção marginal (o valor ultrapassa R$300.000,00), quase cinco vezes maior que o volume de compras realizados nos estabelecimentos do circuito inferior no mesmo período (aproximadamente R$70.000,00). Para termos uma noção do que representa ao circuito superior o volume de dinheiro transacionado, a firma do circuito superior com maior volume de compras – R$130.000,00 em E-dinheiro – alegou que por mês isso corresponde a 5% de suas vendas totais. Isso demonstra que, do ponto de vista comercial, para o circuito superior esses valores são pouco significativos[15]. O montante em Mumbucas recebido por esses estabelecimentos do circuito superior são trocados por Reais no Banco Mumbuca, o que limita a (re)circulação do E-dinheiro. Um dos gerentes que nos recebeu, ao ser questionado se valeria a pena

15 Destacamos que os dois estabelecimentos que apresentam maior volume e número de compras em E-dinheiro são de uma mesma rede de mercado com mais de cem lojas no estado do Rio de Janeiro. Pesquisa documental realizada no sítio eletrônico da rede do mercado em 29/3/2021.

pagar a taxa – de 1% – para troca por Real no Banco Mumbuca ao invés de, por exemplo, pagar um fornecedor ou os funcionários, diz: "pra gente não é prejuízo pagar a taxa".

Em compensação, para as firmas do circuito inferior, os valores que entravam em E-dinheiro faziam enorme diferença na contabilidade final do mês. De acordo com um dos comerciantes que nos atendeu, antes da entrada dos "comércios grandes" – em suas palavras – por mês, ele recebia em torno de M$140.000,00 (Mumbucas), atualmente este valor não passa de M$16.000,00 mensais. O comerciante complementa: "Eu era o primeiro das vendas [...] eu tenho saudade porque eu segurei", em referência ao começo do uso das Mumbucas que "ninguém queria receber" (informação verbal)[16].

Para Sra. Sciammarella, em reunião conosco durante a discussão dos dados analisados para o Relatório Mumbuca de 2018, revela que: "eu tenho consciência que atrapalhou os comércios pequenos, mas a demanda é por conta do aumento do preço [dos pequenos]", ao mesmo tempo informa que a entrada de comércios grandes gera confiança nos usuários pelo sistema. Outro ponto trazido para justificar a entrada de qualquer comércio na rede de Mumbucas seria uma demanda dos beneficiários já que o fato do banco aceitar qualquer cliente seria uma justificativa para não impedir a entrada de comércios maiores[17].

Outra forma de captação de recursos, além das compras transacionadas nos comércios através das taxas, é a oferta de serviço de pagamento de boletos para os membros da comunidade. Esta modalidade ainda é pouco representativa no volume de compras transacionados em E-dinheiro Mumbucas. Dentre os estabelecimentos identificados por nós, verifica-se que o pagamento de boletos só ocorre nos estabelecimentos do circuito inferior, o que aponta a necessidade dessas firmas de buscar alternativas menos onerosas para manutenção de suas atividades. Interessante notar que o Banco Mumbuca tem a percepção de que o circuito inferior é aquele com maior disposição a utilizar ferramentas da Plataforma que possibilitam a (re)circulação da moeda, como pagamento de boletos e fornecedores.

O Banco Mumbuca oferece diferentes tipos de crédito aos seus clientes. Há três tipos de crédito — produtivo, habitacional e outros destinados a atender as demandas da pandemia de COVID-19 — e uma variação de 11 linhas, onde em sua maioria não há incidência de juros e quando há, é de 1% a.m, como pode ser observado com maior detalhamento no Quadro 2 a seguir:

16 Durante o trabalho de campo, relatos foram coletados entre os estabelecimentos que fizemos a aplicação do questionário, com o intuito de trazermos a narrativa desses atores. Em Maricá (RJ), os comerciantes, usuários que encontramos na rua para conversas informais durante o trabalho de campo – e o próprio banco comunitário –, fazem referência ao e-dinheiro como 'Mumbuca', apontando identidade local no aplicativo, atitude também verificável antes, quando apenas os cartões magnéticos eram utilizados.

17 Reunião realizada online no dia 6/5/2018 com a participação de Natalia Sciammarella (gestora do Banco Mumbuca), e Pedro Braga e Luiz Arthur Faria, ambos pesquisadores do LABIS.

Quadro 2. Linhas de crédito do Banco Mumbuca (RJ), 2021

Modalidade	Linhas de Crédito	Valor Máximo por pessoa	O que pode ser financiado	Condições	Critério
Mumbucred Crédito Produtivo Solidário	Produtivo Solidário Simples	R$ 2.000,00	Capital de giro de máquinas e equipamentos	04 a 10 parcelas sem juros	maior de 18 anos; ter ou desejar iniciar um pequeno negócio; estar organizado num grupo solidário de 3 a 10 pessoas; aval solidário; participação das cirandas
	Produtivo Solidário Avançado	R$ 2.000,00 a R$ 5.000,00	Capital de giro de máquinas e equipamentos	04 a 10 parcelas sem juros	maior de 18 anos; ter um pequeno negócio a mais de 6 meses; já ter participado da modalidade simples; estar organizado num grupo solidário de 3 a 10 pessoas; aval solidário; participação das cirandas
	Produtivo Solidário Sociedade	R$7.000,00 (para o grupo)	Capital de giro de máquinas e equipamentos	04 a 10 parcelas juros de 1% a.m	maior de 18 anos; ter um pequeno negócio; estar organizado num grupo solidário de 2 a 5 sócios; aval solidário; participação das cirandas; Nessa modalidade os sócios tomam o crédito para a mesma empresa. O empréstimo é concedido individualmente no CPF de cada um dos participantes
	Produtivo Solidário MEI	Até R$ 3.000,00	Capital de giro de máquinas e equipamentos	04 a 10 parcelas juros de 1% a.m	estar no MEI; mínimo de 6 meses ativo; não ter restrição cadastral (SPC); Apresentar fiador, sem restrição
	Produtivo Solidário Rede Crendenciada	Até R$ 10.000,00	Capital de giro de máquinas e equipamentos	04 a 10 parcelas juros de 1% a.m	estar credenciado na Mumbuca e-dinheiro no mínimo 6 meses ativo (com vendas/serviços); desconto em débito automático; Sem restrição no SPC; valor emprestado não pode ultrapassar 50% da média faturada na plataforma nos últimos 4 meses
Casa Melhor Crédito para Reforma de Moradia	Produtivo Solidário Agrícola	1º crédito R$ 1.000,00 2º crédito R$ 1.500,00 3º crédito R$2.000,00	Insumos e maquinários	04 a 10 parcelas sem juros Carência de até 3 meses	maior de 18 anos; ter ou desejar iniciar um pequeno negócio; estar organizado num grupo solidário de 3 a 10 pessoas; aval solidário; participação das cirandas
	Casa Melhor Residência	1º crédito R$ 600,00 2º crédito R$ 1.000,00 3º crédito R$ 1.500,00	Materiais de Construção	04 a 10 parcelas sem juros	morar em casa própria, alugada ou cedida; fazer orçamento nas lojas credenciadas; estar organizado em grupo solidário de 3 a 10 pessoas; aval solidário; participar de cirandas
	Casa Melhor Família	R$ 3.000,00 (para o grupo)	Materiais de Construção	04 a 10 parcelas sem juros	morar em casa própria, alugada ou cedida; fazer orçamento nas lojas credenciadas; estar organizado em grupo solidário de 3 a 10 pessoas; aval solidário; participar de cirandas; nessa modalidade um grupo de pessoas (parente ou vizinho) se reúne para reformar uma única casa. O empréstimo é concedido individualmente no CPF de cada um dos participantes
Linhas na Pandemia*	Casa Melhor Mobília	1º crédito R$ 600,00 2º crédito R$ 800,00 3º crédito R$ 1.000,00	Móveis e eletrodomésticos	04 a 10 parcelas sem juros	morar em casa própria, alugada ou cedida; fazer orçamento nas lojas credenciadas; estar organizado em grupo solidário de 3 a 10 pessoas; aval solidário; participar de cirandas
	Mumbufone	Compra: R$ 1.142,00 Aluguel: R$ 25,00 a.m	Compra ou aluguel de aparelho celular	04 a 10 parcelas sem juros	cadastrado no Banco Mumbuca; estar no MEI ou informal
	Vans (transporte alternativo)	Até R$ 10.000,00	Pagamentos em atraso das parcelas dos carros (regularização)	04 a 10 parcelas sem juros Carência de até 3 meses para primeira parcela	O emprestador deve estar vinculado a Cooperativa Municipal de Transporte Alternativo de Maricá (Coomutran), fiadora do empréstimo

Fonte: Elaboração própria a partir de material disponibilizado pelo banco e informações junto a gestora do Banco Mumbuca.

A forma de pagamento também é flexível e os critérios para viabilizar o empréstimo é menos burocrático, já que a forma de validação passa por uma análise do Banco Mumbuca através do Conselho de Análise de Crédito (CAC), um comitê composto por membros da comunidade que participaram da constituição do banco

comunitário. A análise inclui um perfil socioeconômico do futuro tomador e o preenchimento de uma ficha cadastral, feita a partir da mesma ficha utilizada no Banco Palmas. Esse processo possibilita a promoção de racionalidades distantes daquelas oferecidas por bancos tradicionais ao circuito inferior, pois quando há a concessão de crédito os juros são aviltantes.

Neste sentido, observa-se que as taxas pagas na Plataforma E-dinheiro está sendo destinadas para fornecer crédito sem juros ou com juros extremamente baixos (de 1% a.m.) para pequenos comerciantes, observa-se racionalidades mais orgânicas do Banco Mumbuca, que escuta e atende as demandas locais e tem consciência da importância do microcrédito para os pequenos comerciantes.

Considerações finais e reflexões

Os circuitos da economia urbana nos permitem compreender as cidades dos países subdesenvolvidos como uma máquina viva, trazendo à luz seu dinamismo interno, assim como as relações externas das cidades na rede urbana da qual fazem parte. Dessa maneira, para compreender a urbanização nos países subdesenvolvidos, é fundamental ver as modernizações como seletivas e desiguais, já que não alcançam todos os lugares ao mesmo tempo e com a mesma intensidade. Os circuitos são, portanto, o resultado de uma modernização seletiva e incompleta que compõem a organização do espaço dos países subdesenvolvidos.

Vemos que dois circuitos da economia urbana devem ser compreendidos através de sua interação dialética permanente, e não como sistemas isolados, ainda que o circuito inferior apresente dependência e seja dominado pelo circuito superior (SANTOS, [1975] 2008, p. 39).

Este contexto nos permite compreender a cidade como subtotalidades e vemos tanto na primeira quanto na segunda fase da moeda Mumbuca, subordinação do circuito inferior em relação ao circuito superior.

Ainda que na primeira fase de operacionalização das Mumbucas houvesse na rede apenas pequenos comércios e beneficiários do programa de transferência de renda, há um explícito vazamento do dinheiro líquido do circuito inferior para a porção marginal do circuito superior da economia urbana, pois a empresa Valeshop era a responsável pelo Cartão Mumbuca e recebia as taxas transacionadas nos comércios locais, apontando para um nexo de subordinação do circuito inferior. Neste momento observa-se a capacidade criativa e de adaptabilidade do circuito inferior ao cenário, ao circularem a mesma máquina POS da Valsehop para diminuir os custos operacionais do recebimento de moedas Mumbucas, isso reitera que o circuito inferior só pode funcionar – e sobreviver – através de adaptações de conjunturas criadas pelo circuito moderno.

Frente a demanda de operacionalização da moeda Mumbuca, verificou-se que a RBBC buscou articular-se com a Prefeitura de Maricá para o fomento de um banco comunitário, que teria a responsabilidade de gerenciar a moeda Mumbuca através da Plataforma E-dinheiro. Isso aponta a capacidade do circuito inferior – RBBC – em

alterar a rota das taxas transacionadas que, a princípio estava sendo escoados porção marginal do circuito superior (Valeshop), para o banco comunitário, ainda em gestação, e para a própria RBBC.

Cabe mencionar que o banco comunitário municipal em Maricá foi criado depois da moeda eletrônica (Cartão Mumbuca), o que difere da concepção dos demais bancos comunitários implementados durante a política federal da SENAES, onde primeiro havia a criação do banco e depois a moeda local. Enquanto os bancos comunitários fundados pela SENAES seguiam uma metodologia de quatro fases, onde a equipe da SENAES identificava organizações locais com interesse em gestar um banco, sensibilizando e capacitando posteriormente moradores, produtores e comerciantes nos princípios da economia solidária, os bancos municipais são fomentados por meio de uma lei municipal, como foi apresentado. No caso analisado, não houve um processo de sensificar os usuários do Cartão Mumbuca e os comerciantes nos preceitos da economia solidária, ainda que prefeitura tenha uma Secretaria de Economia Solidária, o que facilitaria o andamento para a capacitação, tanto daqueles que recebem a Renda Mínima, quanto dos comerciantes do município.

Na *segunda fase* da moeda, quando a Plataforma E-dinheiro operada pela Rede Brasileira de Bancos Comunitários é utilizada como instrumento de circulação da bolsa-auxílio, há a abertura para "qualquer" comércio entrar na rede, incluindo o circuito superior e sua porção marginal. A pesquisa, realizada no momento de *transição* entre o primeiro e segundo momento da moeda Mumbuca, buscou averiguar as nuances da entrada de comércios que não estariam alocados nos preceitos dos bancos comunitários mais locais. Há maior número e volume de compras sendo realizadas no circuito superior pelos usuários da Plataforma E-dinheiro. Isso se deve à localização destas firmas, capilarizadas na periferia de Maricá, assim como preços mais atrativos ao consumidor, reflexo de sua capacidade operacional e disponibilidade de capital, que permite o circuito superior e sua porção marginal realizarem compras no varejo a preços mais vantajosos.

Verifica-se que natureza técnica da moeda – ser eletrônica – facilita a inclusão de usuários na rede que não necessariamente participem diretamente do programa de transferência de renda da Prefeitura. Esta particularidade se mostra interessante, pois abre possibilidades de utilização de uma plataforma digital – com potencial orgânico – em uma escala que abrange a totalidade do município. Em contrapartida, como foi demonstrado, o fato desta moeda eletrônica ser aceita "em qualquer" estabelecimento comercial do município faz com que a renda paga pela prefeitura para parte da população, escoe para firmas do circuito superior e sua porção marginal. Circuito este que não é afeito ao lugar e seu desenvolvimento.

Concomitantemente — e de forma um tanto quanto paradoxal —, empréstimos realizados pelo Banco Mumbuca sem juros ou a juros de até 1% a.m., são um importante instrumento para diminuir a dependência do crédito do circuito inferior em relação ao circuito superior, disponibilizados a juros exorbitantes através

de sua política de microcrédito[18]. Como cada vez mais o circuito superior (e sua porção marginal) se interessa pelas chamadas classes C, D e E, levando a um processo de creditização desta parcela da população por meio de formas complexas de organização (MONTENEGRO, 2016, p. 375), ter um banco comunitário em escala municipal que oferece microcrédito com lógicas menos instrumentais e mais orgânicas é o pontapé inicial para buscar formas alternativas para o circuito inferior obter crédito.

As firmas do circuito inferior são aquelas que fazem uso mais intenso das ferramentas da Plataforma E-dinheiro, como pagamento de boletos, assim como tendem a (re)circular a moeda Mumbuca por meio de pagamento a fornecedores, o que aponta a necessidade do circuito inferior do "dinheiro líquido" como anteviu Santos ([1975] 2008), agora um dinheiro digitalizado.

Indicamos que o Banco Mumbuca e demais bancos municipais em gestação devem fazer uma reflexão que reverbere em ações concretas que diminuam cada vez mais a subordinação do circuito inferior em relação ao circuito superior. Como sugestão de ordem prática aumentar o valor das taxas transacionadas dentro da Plataforma E-dinheiro para firmas do circuito superior e sua porção marginal e anulá-las para o circuito inferior. Esta ação pode ser viável e trazer efetivos ganhos para o desenvolvimento local, priorizando os comércios locais (o circuito inferior).

Ainda que banco comunitário municipal Mumbuca deva aprofundar suas discussões e ações baseados em princípios de uma economia mais justa e solidária, objetivando fortalecer as firmas do circuito inferior, as linhas de crédito sem juros destinadas aos agentes deste mesmo circuito demonstram que a Mumbuca abre caminhos contrarracionais para o desenvolvimento local. A experiência do Banco Mumbuca sobre o uso de das taxas adquiridas pela Plataforma E-dinheiro para fornecer crédito pouco burocratizado e sem juros aos pobres parece ser uma prática fundamental que deve ser replicada por outros bancos municipais em seus territórios. A Plataforma E-dinheiro demonstra capacidade de atribuir usos mais *contrarracionais* das finanças no espaço geográfico.

18 A Crefisa, por exemplo, apresenta uma taxa de juros que pode variar de 1,5% a.m. (a.a. 19,56) até 22% a.m. (987,22% a.a.). Mais informações: www.crefisamais.com.br/credito-pessoal

Bibliografia

ARROYO, Maria Mónica. A economia invisível dos pequenos. *Le Monde Diplomatique*. Edição 15, outubro de 2008. Acessado em 10/9/2021 e disponível em: https://diplomatique.org.br/a-economia-invisivel-dos-pequenos/;

CERNEV, Adrian Kemmer. Mumbuca é dinheiro. *Revista Brasileira de Casos de Ensino em Administração.* São Paulo, v.9 nº2, jul-dez, 2019.

CROCCO, Marco; MENEZES, Melissa Silva. Sistemas de moeda local: uma investigação sobre seus potenciais a partir do caso do Banco Bem em Vitória/ES. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 18, n. 2 (36), p. 371-398, ago. 2009.

E-DINHEIRO BRASIL. Moeda Social. Cada município pode ter a sua. Acessado em 20/6/2022 e disponível em: https://docs.google.com/document/d/1PZpLxcMNBg4sHayI6AP8B7OOxTp6lsYB/edit; Publicado em: jan. 2022;

FARIA, Luiz Arthur Silva de. *Digitalizações de moedas sociais no Brasil e suas (Pré)Histórias*: tensões e mediações com Estados, mercados e tecnologias. 2018. Tese (Doutorado em História das Ciências e das Técnicas e Epistemologia) – Programa em História das Ciências e das Técnicas e Epistemologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

GAUDIN, Thierry. *L'écoute des silences*, les institutions contre l´innovation? Paris: Union Générale des Éditions, 1978.

KEYNES, John Maynard. *Teoria geral do emprego, do juro e do dinheiro*. Editora Fundo de Cultura, Rio de Janeiro, [1936] 1964.

MELO NETO SEGUNDO, João Joaquim. Bancos Comunitários. Le monde Diplomatique, Brasil, Edição 18, 2009. Disponível em: https://diplomatique.org.br/ bancos-comunitarios. Acessado em 10/5/2010.

MONTENEGRO, Marina Regitz. *Globalização, trabalho e pobreza no Brasil metropolitano: O circuito inferior da economia urbana em São Paulo, Brasília, Fortaleza e Belém*. 2011. 291f. Tese (Doutorado em Geografia Humana), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2011.

MONTENEGRO, Marina Regitz. Novos nexos entre os circuitos da economia urbana nas metrópoles brasileiras. *Revista da ANPEGE*, v.9, n. 11, p.29-41, jan./jul., 2013.

MONTENEGRO, Marina Regitz. La economia pobre de São Paulo em sus relaciones com la técnica, la información, el consumo y las finanzas. In: SILVEIRA, María Laura (org.) *Circuitos de la economia urbana*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Cafe de las Ciudades, 2016, p. 357-388.

SANTOS, Milton. *O Espaço Dividido*. Os Dois Circuitos da Economia Urbana dos Países Subdesenvolvidos. São Paulo: Edusp, [1975] 2008, 2ª edição.

SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço*. São Paulo: Edusp, [1996] 2008, 4ª edição.

SANTOS, Milton. *Técnica, Espaço, Tempo*: Globalização e Meio Técnico-Científico-Informacional. São Paulo, Edusp, [1994] 2008, 5ª edição.

SILVEIRA, María Laura. Indagando as técnicas...Um caminho para entender o território. In: GONÇALVES, Neyde Maria Santos; LAGE, Cruza Santos; Silva, Maria Auxiliadora (org). *Os lugares do mundo. A globalização dos lugares.* Salvador: Departamento de Geografia/UFBA, 2000, p. 213-219.

SILVEIRA, María Laura. Globalización y circuitos de la economia urbana em ciudades brasileñas. *Cuadernos del CENDES*, Caracas, v. 3, n. 57, pp. 1-21, 2004.

SILVEIRA, María Laura. Finanças, consumo e circuitos da economia urbana na cidade de São Paulo. *CADERNO CRH*, Salvador, v. 22, n. 55, p. 65-76, Jan./Abr. 2009

SOUZA, Henrique Pavan Beiro de. *Que moedas são essas?* Uma análise sobre as possibilidades de construção de circuitos de moedas sociais e de suas potencialidades e desafios na reconfiguração socioeconômica de territórios. 2018. 261f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas e Sociais), Universidade Federal do ABC, 2018

Agradecimentos

O artigo resulta de pesquisa realizada com apoio do Centro Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) entre agosto de 2010 e julho de 2011.

Between the nexes of the urban economy and new financial possibilities: the use of digital currency Mumbuca E-dinheiro in Maricá (RJ)

Community banks are types of solidary financing that are organized in locations that offer financial and non-financial services based on local demands. These local organizations have existed for more than two decades and, in recente years, gained capillarity in almost all federative units of Brazil. With the regulation of the territory, which authorized the use of eletronic Money in Brazil, the Brazilian Network of Community Bancks (BNCB) started to make use of a digital platform – Plataforma E-dinheiro – made avalilable to Community banks as a monetary instrument, in addition to paper Money. BNCB signs its first partnership with the municipality of Maricá (RJ) with the objective of implementing the E-dinheiro Platform for the payment social benefits and promoting the first municipal Community bank in Brazil, Banco Mumbuca. We will analyze, based on the theory of two circuits of the urban economy, or the use of the E-dinheiro Platform by commercial establishments in Maricá with the highest number and volume of purchases in Mumbuca E-dinheiro, in order to understand the relations between the circuits with digitization local currency.

KEYWORDS: mumbuca digital currency, urban economy circuits, municipal community bank, finance, nexes of the urban economy

Entre las conexiones de los circuitos de la economía urbana y nuevas posibilidades financieras: el uso de la moeda digital Mumbuca E-dinero en Maricá (RJ)

Los bancos comunales son formas de financiamento solidário que se organizan en localidades que ofrecen servicios financeiros y no financieros em función de las demandas locales. Estas organizaciones locales existen desde hace más de dos décadas y, em los últimos años, han aumentado su alcance, presente en casi todas las unidades federativas de Brasil. Com la regulación del território, que regularizó el uso de dinero electrónico en Brasil, la Red Brasileña de Bancos Comulanes (RBBC) pasó a hacer uso de una plataforma digital – Plataforma E-dinheiro – puesta a disposición de los bancos comunitários como uno más instrumento monetário, además de la moneda local de papel. La RBBC firma su primera alianza con el municipio de Maricá (RJ) con el objetivo de implementar la Plataforma E-dinheiro para el pago de benefícios sociales y promover el primer banco comunale municipal del Brasil, el Banco Mumbuca. Analizaremos, baseado en la teoria de los dos circuitos de la economia urbana, el uso de la Plataforma E-dinheiro por los estabelecimentos comerciales de Maricá con mayor numero y volume de compras en Mumbuca E-dinheiro, con el fin de compreender las conexiones entre los circuitos mediante la digitalización de la moneda local.

PALABRAS CLAVE: moneda digital mumbuca, circuitos de la economia urbana, banco comunal municipal, finanzas, conexiones de los circuitos de la economia urbana